



RELIGIÃO

Rota da Luz: 10 anos de esperança

Romaria contou com a presença do casal Geraldo e Lu Alckmin. Segunda-dama rememorou o filho, Thomaz, morto em 2015

» VANILSON OLIVEIRA

A romaria Rota da Luz teve, ontem, a sua 10ª edição. Para marcar a data, a idealizadora do movimento, Lu Alckmin, ao lado do marido, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, participaram da missa das 8h, no Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo.

O casal aguardou a chegada de um grupo de peregrinos, que percorreu cerca de 200 quilômetros desde Mogi das Cruzes até Aparecida, em uma jornada marcada por devoção, reflexão e espiritualidade. A Rota da Luz foi criada em 2016, por uma iniciativa de Lu Alckmin, que passou a liderar o projeto após sugestão do padre Rosalvino Morán, ainda quando era primeira-dama do estado de São Paulo.

Naquela ocasião, o objetivo era oferecer um caminho mais seguro e estruturado aos romeiros que seguiam pela Via Dutra, reduzindo riscos e incentivando o turismo religioso sustentável. Ao longo dos últimos 10 anos, no entanto, o trajeto se consolidou como uma das principais rotas de peregrinação do país em direção a Aparecida.

A Rota da Luz tem um significado especial para Lu Alckmin, que perdeu seu filho Thomaz em um acidente de helicóptero, em 2015. Ele era um dos maiores

Reprodução/Redes sociais



A Rota da Luz surgiu para tratar da segurança no trajeto dos romeiros até Aparecida, quando o atual vice-presidente era governador de SP

incentivadores da mãe no projeto. Desde então, a peregrinação passou a carregar, também, um significado íntimo e simbólico, sendo realizada anualmente como forma

de homenagem e continuidade de um legado familiar.

Pela rede social Instagram, Lu Alckmin agradeceu a Nossa Senhora por acompanhar os perigunhos

durante sua jornada. Ela também disse que conta com o apoio espiritual do seu filho para continuar com o seu trabalho religioso. “Nossa Senhora, Mãe de Jesus,

guia o caminho da Rota da Luz! Nestes 10 anos de jornada, a Rota da Luz conduziu milhares de peregrinos em segurança, rumo a Aparecida. Thomaz, meu filho amado,

continuará me dando forças para seguir essa missão de levar os romeiros à capital da fé!”, escreveu.

O evento coincidiu com a celebração da missa do 5º Domingo da Quaresma, em que a igreja recorda a ressurreição de Lázaro, passagem bíblica em que Jesus Cristo chora pela morte de um amigo, trazendo-o de volta à vida. Na reflexão do Evangelho, o arcebispo de Aparecida, Dom Orlando Brandes, destacou a dimensão humana da fé cristã diante das dores e desafios contemporâneos. “Este Evangelho da ressurreição de Lázaro nos revela Jesus muito humano. Deus é um Deus com lágrima nos olhos e chora, também, as grandes maldades das guerras, onde tantos inocentes morrem”, afirmou.

Em outro momento, o arcebispo fez um apelo por mais empatia e humanidade nas relações sociais, diante de um cenário global marcado por conflitos e desigualdades. “Vamos aprender eu e vocês um pouquinho mais sermos humanos, quanta crueldade neste mundo desumano, e Jesus mostra o humanismo da amizade”, disse.

A fala também incluiu um chamado à ação coletiva e à solidariedade, incentivando os fiéis a se voltarem ao próximo, especialmente aos mais vulneráveis, destacando a Campanha da Fraternidade, que este ano tem como tema *Fraternidade e Moradia* e como lema *Ele veio morar entre nós*.

ASSÉDIO SEXUAL

Para Aniele, PGR reforça combate à violência

» DANANDRA ROCHA

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, afirmou, ontem, que a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida representa mais um passo no reconhecimento da verdade e

no enfrentamento à violência de gênero.

A manifestação foi publicada nas redes sociais da ministra, um dia após a PGR encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) denúncia contra Almeida por importunação sexual. No texto, Anielle destacou que o avanço do caso deve servir de estímulo para que mulheres que vivenciaram situações de violência não permaneçam em silêncio.

Na nota, a ministra também reforçou confiança nas instituições e defendeu a atuação conjunta do governo, do Judiciário, do Parlamento e da sociedade no combate a esse tipo de crime. Segundo ela, o objetivo é construir um país em que mulheres e meninas possam viver com liberdade, segurança e

dignidade, independentemente de sua posição social ou profissional.

“Sigo confiando na justiça e acreditando em todos os esforços do nosso governo, do Judiciário, do Parlamento e da sociedade para que tenhamos um país livre de violência, onde meninas e mulheres possam ser livres, seguras e viverem em dignidade, sem ter medo de serem quem são, independentemente de onde estejam, de quem sejam ou do cargo que ocupem.”

Em sua manifestação, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, sustentou que os elementos reunidos ao longo da investigação reforçam o relato apresentado por Anielle Franco. Segundo ele, há indícios consistentes que justificam o avanço da denúncia.

DISCURSO DE ÓDIO

Ajufe reage contra atos racistas a juízes

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) emitiu uma nota de repúdio aos ataques de cunho racista dirigidos ao conselheiro do CNJ Fábio Francisco Esteves e à juíza auxiliar da Presidência do STF Franciele Pereira do Nascimento. No último sábado, durante o programa *Paraná Lilás*, da Escola do Tribunal de Justiça do Paraná, os dois magistrados foram agredidos verbalmente, com xingamentos escritos no chat do canal do programa no YouTube.

“Condutas dessa natureza violam frontalmente os fundamentos do Estado de Direito e atingem não apenas os magistrados diretamente

ofendidos, mas também a própria instituição e os valores de justiça, respeito e igualdade que devem orientar a vida pública”, diz a nota de repúdio.

O documento alerta que “a prática de discriminação racial configura grave afronta à ordem jurídica e aos direitos fundamentais, sendo inadmissível em qualquer ambiente, sobretudo naqueles vinculados ao sistema de Justiça, que devem refletir compromisso permanente com a dignidade humana e a inclusão.”

“A entidade espera a apuração rigorosa dos fatos, com a identificação dos responsáveis e a aplicação das medidas cabíveis, e renova

seu compromisso com o enfrentamento de toda forma de preconceito, com a promoção da equidade e com a defesa dos princípios constitucionais”, conclui o texto.

Ainda no sábado, o Supremo Tribunal Federal (STF) comunicou que os comentários ofensivos foram imediatamente bloqueados e registrados, e as provas digitais, preservadas para apuração criminal. “Diligências imediatas foram adotadas perante a autoridade policial da Comarca de Loanda, incluindo a solicitação de quebra de sigilo de dados junto aos provedores de internet para a célere identificação e responsabilização dos autores”, disse o Supremo.



ROBERTO BRANT

SE QUEREMOS DE FATO UM GOVERNO QUE GOVERNE E QUE REALIZE MUDANÇAS, VAMOS TER QUE FAZER FORTES AJUSTES NAS COMPETÊNCIAS DOS PODERES. A DITADURA NÃO É MAIS UMA AMEAÇA, COMO AINDA ERA ENTRE 1986 E 1988, MAS A POBREZA E A FALTA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO, SÃO

O declínio de nossas instituições

Crises políticas fazem parte da normalidade da vida nas democracias. Até as mais rígidas polarizações tendem a durar apenas um certo tempo, para depois irem aos poucos esmorecendo, sempre que haja liberdade para que todos expressem suas opiniões e que as eleições sejam percebidas como livres, justas e competitivas. No Brasil mesmo, não estamos longe do fim da atual polarização que, embora confronte campos com nítidas diferenças de valores e de visões do mundo, estão ancoradas na força de personalidades que estão, pela idade, próximas do seu ocaso político. Não é provável que no longo

prazo os campos dominantes da política brasileira continuem sendo o PT de Lula e o bolsonarismo.

Se a polarização em si não é um problema sem solução, a crise institucional em que estamos envolvidos é uma questão muito mais profunda e de difícil solução. Embora neste momento o foco esteja no mau funcionamento da cúpula do Poder Judiciário, tanto o Legislativo quanto o próprio Poder Executivo não funcionam para que o Estado cumpra suas finalidades com a população. Se as coisas continuarem como estão, nosso país corre o sério risco de uma ruptura. Por isso precisamos refletir para buscar algumas saídas.

Nossa crise institucional tem duas dimensões. A primeira dimensão é o emparedamento do Poder Executivo pelo Legislativo e pelo Judiciário. Nossa Constituição foi escrita ainda sob a experiência recente dos governos militares, quando tanto o Legislativo quanto o Judiciário funcionavam sob estrita submissão aos generais presidentes e seus dispositivos militares. A intenção do constituinte foi limitar o poder do presidente da República. Na verdade, havia até o desejo de se chegar ao parlamentarismo.

De qualquer modo, fortaleceram-se os poderes do Congresso e do Judiciário. Além disso, foi criado

um sistema eleitoral que praticamente impede a formação de maiorias parlamentares orgânicas. Então a Presidência é fraca institucionalmente e governa quase sempre em minoria. Nossos governos não têm o poder de realizar mudanças, salvo em situações muito especiais, como ocorreu no primeiro mandato de Fernando Henrique.

Se queremos, de fato, um governo que governe e que realize mudanças, vamos ter que fazer fortes ajustes nas competências dos Poderes. A ditadura não é mais uma ameaça, como ainda era entre 1986 e 1988, mas a pobreza e a falta de crescimento econômico, são. E não será sob a liderança do Congresso e do Judiciário que vamos resolver isso.

A segunda dimensão é a captura do Legislativo e principalmente

do Judiciário por seus agentes internos, o que Francis Fukuyama chama de repatrimonialização do Estado. A realidade salarial do Poder Judiciário, estabelecida em todo o território nacional e em todas as esferas e instâncias, decidida internamente em violação da Constituição e das leis da República, e as imunidades e privilégios autoconcedidos o tornam um Estado dentro do Estado, um Estado rico dentro de um Estado pobre. Há uma tentativa do ministro Flávio Dino de restaurar não só a legalidade, mas também a moralidade. Mas será preciso guardar muita inocência para acreditar que seus pares, tais como os conhecemos, o acompanharão nesta jornada heroica.

Grande parte do Legislativo, especialmente suas figuras mais poderosas, mantém conexões mal

esclarecidas com uma infinidade de negócios e interesses privados, além de comandar anualmente 60 bilhões de reais do orçamento federal, no qual praticamente não há mais recursos para investimentos. Quando se aproximam as eleições, as pessoas alimentam a esperança de que seu voto pode mudar o país.

O espaço para mudança é limitado, salvo se surgirem candidatos que demonstrem estar conscientes do ponto a que chegamos de degradação institucional e se mostrem dispostos a negociar uma reforma ou adaptação institucional, que torne o Estado mais apto a servir o conjunto da população e, principalmente, mais justo e mais democrático. Podemos mudar o presidente, os senadores e os deputados. É só o que podemos mudar, infelizmente.